

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1. ATA DE REUNIÃO: 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAPE

Data: 26 e 27 de março de 2025

Início: 09h00

Local: Auditório Manoel Jacaré – Andar -1 – Setor de Indústrias Gráficas

Término: 19h00

Relatora: Adriana Vilela Toledo - Secretária-Executiva do CONAPE

A. Abertura da Reunião

André Carlos Alves de Paula Filho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

B. Informes Sobre a Metodologia da Reunião

1. Aprovação da Ata 42ª Reunião Ordinária;
2. Devolutiva sobre as deliberações da reunião anterior - Adriana Vilela Toledo – Secretária-Executiva do CONAPE.

C. Ordem do Dia

26.03.2025

1. Projeto de Lei em Tramitação no Congresso Nacional (Adriana Papaleo – Chefe de Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos);
2. Cartilha de Fomento (João Falco / Felipe Gasparotto - Economistas - Coordenação-Geral de Infraestrutura e Fomento da Secretaria-Executiva do MPA);
3. Acesso de Pescadores e Aquicultores ao Plano Safra da Agricultura Familiar - Elvânia Batista Guimarães - Cordenadora de Crédito Rural - MDA.
4. Inadimplência no Setor Pesqueiro –Diogo Martins Nunes – Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.
5. Desenrola Rural/Pesca e Aquicultura – Bruno de Souza Machado – Economista – Secretaria Executiva do MPA.
6. Discursões Sobre o PROSPESC, PREPS, Registro de Pescador e RGP Aquicultor – Elielma Ribeiro Borcem – Secretaria Nacional Interina de Registro, Monitoramento e Pesquisa.

27.03.2025

1. Proposta da Reserva da Biosfera Marinha Vitória Trindade - Bernardo Issa de Souza- Coordenador-Geral de Gestão do Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas E Direitos Animais – MMA - Pedro Menezes – Diretor de Áreas Protegidas – MMA e Sandra Silvestre - Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial Amadora e Esportiva.
2. Fundo Amazônica - Leonardo Pamplona – Relações Institucionais do Fundo Amazônia - BNDS.
3. Apresentação do PEM – Planejamento Espacial Marinho - Ana Paula Leite Prates – Diretora de Oceano e Gestão Costeira da Secretaria Nacional de Mudança do Clima – MMA e o Capitão do Mar e Guerra Jonathas Moscoso de Campos – Marinha do Brasil.
4. Comitê de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção - Indicação do CONAPE para Composição - Roberto Gallucci - Diretor de Gestão Compartilhada de Recurso Pesqueiros da Secretaria Nacional de Bioeconomia/ Membro CONAPE – MMA.
5. Acordo do Rio Doce (Repactuação Mariana) – Pesca e Aquicultura - Caroline Amorim Bittencourt – Coordenadora-Geral de Gestão Institucional.

6. Monitoramento dos Comitês CONAPE - Comitê de Conformidade da Pesca Nacional – Agnaldo Hilton – Presidente do Comitê - Comitê de Competitividade da Carcinicultura – Paulo Faria / Alberto– Diretor da Secretaria Nacional de Aquicultura - MPA - Comitê de Competitividade da Tilapicultura – Paulo Faria / Alberto– Diretor da Secretaria Nacional de Aquicultura - MPA e do Comitê de Pesca Amadora e Esportiva - Sandra Silvestre – Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial Amadora e Esportiva.
7. Apresentação dos Trabalhos da Comissão Nacional de Bioeconomia - Carlos Eduardo Villaça - Membro CONAPE - CONEPE - Dárlcio Inácio Teixeira – Membro CONAPE - Sociedade de Ficologia.
8. Apresentação Dos Trabalhos Do GT Conama - Revisão da Resolução 413/2009 - Marilsa Patricio - Membro CONAPE - PEIXE SP - Felipe Weber – Membro CONAPE – ABLA.
9. GT Permissionamento para Revisão da Instrução Normativa Interministerial – IN10 - Cristiano Quaresma - Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal.
10. Implantação do Grupo de Trabalho para Elaboração da Proposta da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca – Rivetla Edipo Araujo Cruz – Secretário-Executivo do MPA.

D. Lista de Presentes:

Representantes Governamentais - Titulares:

1. Carlos Cesar de Mello Júnior - Ministério da Pesca e Aquicultura;
2. Elvânia Batista Guimarães Andrade - Ministério da Agricultura Familiar;
3. Neuza Geralda Tito - Ministério das Mulheres;
4. Rosana Aparecida Valle - Ministério do Trabalho e Emprego;
5. Humberto Pires da Silva - Ministério do Turismo.

Representantes Governamentais – Suplentes:

1. Winnie Muniz Brum - Ministério da Agricultura e Pecuária;
2. Iran Pereira Veiga Junior – Casa Civil da Presidência da República;
3. Eduardo Von Glehn Nobre - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Serviços;
4. Walter Marinho de Carvalho Sobrinho - Ministério da Defesa;
5. Roberto Ribas Gallucci - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;
6. Kauara Brito Campos - Ministério da Saúde;
7. Cibele Meireles Santos - Ministério das Mulheres.

Representantes de Entidades Públicas – Titulares:

1. Rafael Brugger da Bouza – Caixa Econômica Federal - CEF;

Representantes de Entidades Públicas – Titulares:

1. Mario Bitencourt Wiesinieski – Caixa Econômica Federal - CEF;

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Titulares:

1. Rochelle Cruz da Araújo Bezerra Vidigal - CeDePesca Brasil;
2. Flávio Diniz Gaspar Lontro – Confrem;
3. Reginaldo Portari - CBPE;
4. Edivando Soares de Araújo - CNPA;
5. Ajaz santos Tavares – Confapesca;
6. Elizeu Augusto de Brito - Faep/BR;
7. Josana Pinto da Costa - MPP;
8. Fernando Bosisio – Instituto Peroá;

9. Clóvis Amorim da Silva - CONFESPA;
10. Leticia Canton – Oceana Brasil.

Representantes da Sociedade Civil Organizada – Suplentes:

1. Miriam Bozetto – Oceana Brasil;
2. Bruno Alberto Pereira Ladim Carvalho – ANEPE;
3. Roberta Roxilene dos Santos – IABS;
4. Maria José Honorato Pacheco – CPP.

Representantes da Área Empresarial – Titulares:

1. Dalmo Mucio Silva dos Santos – ABA;
2. Itamar de Paiva Rocha - ABCC;
3. Francisco das Chagas de Medeiros – PEIXE BR;
4. Agnaldo Hilton dos Santos – PESCA BR;
5. Carlos Eduardo Villaça - Conepe;
6. Ricardo Dias - Abla;
7. Marilsa Patricio Fernandes - Peixe SP;
8. Francisco Hidalgo Farina – CNA;
9. Aniella Banat – Representante da ABIPESCA;

Representantes da Área Empresarial - Suplentes:

1. Felipe Weber Mendonça Santos - Abla;
2. Alexandre Guerra Espogeiro – Conepe;
3. Carlos Alberto Pereira de Albuquerque - Sindirações.

Representantes da Área Acadêmica e da Pesquisa – Titulares:

1. Marco Aurelio Bailon - AOCEANO;
2. Fabiana Pilarski - Abrapoa;
3. Ronaldo Oliveira Cavalli – Aquabio;
4. Dárlio Inacio Alves Teixeira – Sociedade Brasileira de Ficologia (SBFic).

Membros Convidados Natos – Titulares:

1. Expedito Netto - Secretário Nacional de Pesca Industrial, Amadora Esportiva;
2. Cristiano Ramalho - Secretário Nacional de Pesca Artesanal;
3. Tereza Nelma - Secretária Nacional de Aquicultura;
4. Elielma Ribeiro Borcem - Secretário Nacional Interina de Registro e Monitoramento e Pesquisa;

Convidados:

1. Eduardo Schualt Duarte – Secretaria- Executiva do MPA;
2. Stefany Caroline Santos – Secretaria- Executiva do MPA;
3. Jonatan Moraes – CONEPE;
4. Shayane Marzarotto – SNA;
5. José Luis Vargas – Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora Esportiva;
6. Pretty Leite – Secretaria- Executiva do MPA;
7. Carolina Amorim – Secretaria- Executiva do MPA;
8. Cesar Galiza – CNI;
9. Gabriel Calzavara de Araujo - CNI;
10. Lucieni Mignani - Coordenadora - Geral da Secretaria Nacional de Aquicultura;
11. Camila Ferreira Escobar - MTE;
12. Sergio Pinho - Pesca Brasil;
13. Erika Meneses - Ascom;
14. Horácio Rodrigues – CGGI/SE/MPA;

15. Lariessa Moura de Araújo Soares - Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
16. Myrian Barbosa – Secretaria- Executiva do MPA;
17. Felipe Bondesis – DEAU / MPA;
18. Victor Guilherme Lopes – DDI / SNA;
19. Aniella Banat – Representante da ABIPESCA;
20. Antônio Siqueira Assreuy - Coordenador da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
21. Carlos Germano – MPA;
22. Lara Iwanicki – Oceana Brasil;
23. Fabiane Moreira – Oceana Brasil;
24. Alberto Júnior - Coordenador - Geral da Secretaria Nacional de Aquicultura;
25. Diogo Martins Nunes - Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
26. Guilherme Damasceno – Ascom;
27. Caio Moraes – SNPI;
28. Carolina Torres – FAEP;
29. Eduardo Sfolgia – MPA;
30. Ana Spinelli – SFPA – RS – MPA;
31. Bruno de Souza - Secretaria- Executiva do MPA;
32. João Falco - Secretaria- Executiva do MPA;
33. Raniere Cristina – SNPA;
34. Camille Ferreira – SNA;
35. Gian Francisco – Ouvidoria – MPA;
36. Luiz Eduardo – Fapesca;
37. Francisco Carlos – Fapesca;
38. Admilson Ferreira – Fapesca;
39. George Cardoso – Ouvidoria – MPA;
40. Eliane Alves – SNPA;
41. Bruna Miranda – Marinha do Brasil;
42. Jonatha Moraes – Marinha Guerra;
43. Brenda Ramos – SNPA;
44. Ana Claudia - SECIRM/ MB;
45. Carina Pimenta – SBC / MMA;
46. Pedro Cunha – DAP / MMA;
47. Marina Comim – SNPA;
48. Flavia Gonçalves - SNPA;
49. Elizabeth Ribeiro - Secretaria- Executiva do MPA;
50. Leonardo Pamploa – BNDES;
51. Maria Beatriz Angra – MPA;
52. Quêner Chaves – SNPA;
53. Sabrina de Oliveira - Secretaria- Executiva do MPA;
54. Juliane Arnold - Secretaria- Executiva do MPA;
55. Adayse Bossolani – SNPA;
56. Viviane Lisboa - MPA;
57. Carlos Eduardo Oliveira – MPA;
58. Marcus Cesar – SNA;
59. Ilce Santos Oliveira – Emater Goiás;
60. Regina Fialho – SNPI;
61. Marcus Vinicius Nogueira – SNPI;
62. Felipe Gasparotto - Secretaria- Executiva do MPA;
63. Sandra Silvestre – Diretora da Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva;
64. Bernardo Issa – MMA;
65. Manoel Vital – Representante da UNICAFES;
66. Lina Apurinã - Representante do Ministério dos Povos Indigenas;
67. Cristiano Quaresma – Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal;
68. Ana Paula Leite – MMA;
69. Jonathas Moscoso - Capitão do Mar e Guerra – Marinha do Brasil
70. Paulo Mário Carvalho de Faria – Diretor

1. Mesa de Abertura

1.1. No dia vinte e seis de março de dois mil e vinte cinco, no Auditório Manoel Jacaré - Andar -1, Setor de Indústrias Gráficas, estavam presentes convidados e observadores, presencialmente e virtualmente, conforme lista de presença anexo ao processo. A **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Vilela Toledo**, deu as boas-vindas a todos os presentes, agradeceu a participação nas discussões relevantes para o Ministério e, em seguida, realizou a chamada, constatando o quórum necessário para dar início à reunião. Convidou então para compor a mesa o **Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula** – Presidente do CONAPE, e o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**. Por fim, Adriana passou a palavra para o Ministro **André de Paula** para abertura dos trabalhos.

1.2. Com a palavra, o Ministro da Pesca e Aquicultura, **André de Paula**, iniciou a 43ª Reunião do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) saudando todos os presentes e expressando sua honra em conduzir o encontro. Em seguida, o ministro destacou a importância da reunião e a retomada das atividades do Conselho, elogiando o trabalho de **Adriana**, que assumirá o cargo de chefe de gabinete no próximo mês, facilitando a comunicação e agilizando as pautas. **André de Paula** agradeceu aos conselheiros pela participação na homenagem às mulheres, destacando o protagonismo feminino e reforçando o compromisso com o diálogo aberto. Ele enfatizou a importância da interação para o sucesso do Ministério e agradeceu o empenho de todos na CONAPE. Reafirmou seu compromisso com a escuta de opiniões divergentes e destacou a recriação do conselho como um momento significativo para o setor. Por fim, comprometeu-se a estar sempre disponível para o conselho e desejou sucesso na reunião.

2. Informes

2.1. O **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e desejando um bom dia a todos. Em seguida, declarou aberta a 43ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE). Ele informou que, para dar início às atividades, seriam tratados três pontos iniciais de pauta: a apresentação da programação da reunião, a aprovação da ata da reunião anterior e as devolutivas sobre as deliberações realizadas na última edição do conselho. A **Secretária-Executiva do CONAPE, Adriana Toledo**, agradeceu a presença de todos e explicou a programação enxuta para priorizar diálogos, destacando dificuldades com o calendário. A primeira pauta tratou de projetos no Congresso, mas os convidados não compareceram e informou que à tarde será discutido o PRONAF, Promo Safra, PROPESCA e PREPs. No dia seguinte, os temas incluiriam o MMA e o Acordo do Rio Doce. Houve devolutivas sobre a moção do panga e nota de repúdio ao Ibama. Em breve intervenção, **Felipe Weber** cobrou avanços na solicitação de vaga no Siscomex, e **Rivetla** informou que está em análise técnica. Também se discutiu a criação de comissão sobre uso do mar para energias, com proposta de evento interministerial.

3. Projetos de Lei em Tramitação no Congresso Nacional

3.1. Com a palavra, **Adriana Papaleo (ASPAR)** apresentou o trabalho da Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos do MPA, que acompanha a tramitação de matérias no Congresso. Destacou a importância dos relatórios, o índice de 90% de aprovação de pautas favoráveis e a priorização de 27 projetos para o setor. Afirmou que o MPA classifica as matérias como favoráveis, com ressalvas ou contrárias, podendo atuar para barrar propostas. Comentou o conflito com o MAPA sobre a comercialização direta por pescadores artesanais, defendida pelo MPA. Expressou preocupação quanto ao PL 2511/2024 e ressaltou a resistência enfrentada em projetos como os PLs 10.456/2024, 1.167/2024 e 3.653/2024. Mencionou o apoio a propostas como os PLs 4.527/2024 e 5.017/2024. Reforçou a importância da mobilização popular, da atuação conjunta com o CONAPE e garantiu a atualização sobre as 120 matérias em andamento. Em breve intervenção, **Carlos Eduardo (Conepe)** manifestou preocupação com a exclusão das conservas de peixe da cesta básica e defendeu sua inclusão. Em resposta, **Adriana Papaleo** explicou que emendas foram rejeitadas e sugeriu articulação parlamentar ao longo do ano. Em seguida, **Rivetla** reforçou a necessidade da medida, mencionando a isenção na importação da sardinha. Adriana informou que a exclusão de itens como pescado e ração resultou da falta de articulação política. **Aginaldo dos Santos (Pesca BR)** pediu apoio do CONAPE à inclusão da sardinha em lata e o registro da proposta em ata e **Flávio Lontro (Confepesca)** questionou os critérios de priorização de projetos no MPA. Novamente, **Adriana** explicou que a ASPAR tem função

estratégica, cabendo às secretarias a definição técnica das prioridades. **Flavio** cobrou mais diálogo com a Marinha sobre o curso de aquaviário e expressou preocupação quanto a falta de prioridade ao PL 4789/2024, defendendo maior escuta do setor. **Adriana** explicou que as notas técnicas das secretarias são fundamentais para embasar o posicionamento do MPA, pois analisam aspectos legais e de competência. **Francisco das Chagas Medeiros (Peixe BR)** pediu reavaliação de parecer sobre o projeto 4470/2024 e expressou preocupação quanto a falta de consulta ao setor. **Leticia Canton (Oceana Brasil)** questionou a ausência do PL 4789/2024 entre os projetos prioritários e solicitou acesso às notas técnicas. **Felipe Webber (Abla)** sugeriu criar um comitê para alinhar demandas do setor ao Ministério. **Adriana** ressaltou que muitas vezes o MPA não é contra o tema, mas sim à forma da proposta legislativa. **Adriana** explicou que o MPA muitas vezes se opõe à forma das propostas legislativas, e não ao mérito, por risco às competências do Ministério. **Sérgio Pinho (ABCC)** alertou sobre vetos a projetos que criam despesas e sugeriu vincular o fundo do pescador artesanal aos royalties do petróleo. **Itamar de Paiva Rocha (ABCC)** destacou a importância da articulação política e do conhecimento técnico para avanços legislativos, citando experiências anteriores. **Adriana** propôs diálogo com relatores e autores para aprimorar projetos e evitar frustrações e reforçou a importância de parcerias com o setor produtivo e da colaboração contínua com entidades do CONAPE. **Gabriel Calzavara (CNI)** defendeu articulação política e linguagem integrada nas propostas legislativas, com apoio de confederações e diálogo entre setores. **Elizeu de Brito (FAEP)** ressaltou a importância do PL 10.456/2018 para soberania e geração de renda, colocando-se à disposição. **Marco Aurélio Bailon (Aoceana)** mencionou a reapresentação de projeto sobre compensação ambiental aos pescadores artesanais, ligando-o aos impactos da indústria do petróleo, propôs alinhar diversas legislações em uma proposta única que contemple o setor pesqueiro. **Adriana** sugeriu combinar os melhores elementos de dois projetos de lei para fortalecer a proposta legislativa e aumentar suas chances de aprovação. Destacou a importância da colaboração entre a MPA e o CONAPE, unindo conhecimentos práticos e experiência legislativa. **Bailon** propôs distribuir os 120% para todo o CONAPE, permitindo uma análise mais eficaz dos projetos. **Letícia** perguntou sobre o processo de proposição de projetos pelo Ministério, e **Adriana** explicou a necessidade de articulação política antes de apresentar qualquer proposta legislativa. **Miriam Bozzeto** expressou surpresa ao perceber que o projeto 4789 não estava entre os 27 projetos prioritários, apesar do apoio do ministro. **Adriana** explicou que a priorização depende da nota técnica, que ainda não foi recebida. **Flávio** questionou o atraso na criação do Instituto Nacional de Pesca e sugeriu maior empenho de **Adriana** para dar visibilidade ao projeto. **Adriana Toledo** propôs disponibilizar as 120 proposições em tramitação e as notas técnicas dos projetos, ressaltando a importância da interação e do aprofundamento da discussão nas próximas reuniões.

4. Estratégias de Fomento Para os Setores Aquícolas e Pesqueiro

4.1. Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**, saudou a todos os presentes e deu início as atividades da tarde do primeiro dia da 43ª Reunião Ordinária do CONAPE. Ele explicou que o próximo ponto da agenda trataria das estratégias de fomento para os setores agrícolas e da pesca. **Édipo** ressaltou que esse item contaria com cinco apresentações, voltadas às ações de fomento tanto do Ministério da Pesca e Aquicultura quanto de parceiros convidados, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Ele informou que cada apresentação teria duração de até 10 minutos e, ao final, todos os palestrantes retornariam à frente para uma rodada de perguntas. Em seguida, **Édipo** anunciou a primeira apresentação da pauta, conduzida **Felipe Gasparotto de Castro, da Coordenadoria-Geral de Infraestrutura e Fomento**.

5. Acesso de Pescadores e Aquicultores ao Plano Safra da Agricultura Familiar

5.1. Com a palavra, **Felipe Gasparotto de Castro, da Coordenadoria-Geral de Infraestrutura e Fomento**, agradeceu ao CONAPE e apresentou a cartilha de fomento 2024-2025, elaborada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Destacou a importância do setor pesqueiro e aquícola, a necessidade de visibilidade às linhas de crédito e o desafio do acesso à informação, especialmente entre pescadores artesanais. A cartilha foi criada para facilitar o conhecimento e o acesso às principais opções de financiamento disponíveis. **Felipe** apresentou a cartilha de fomento 2024-2025, que visa facilitar o acesso ao crédito para pescadores e trabalhadores da base, com informações sobre linhas de financiamento e itens financiáveis. Alinhada ao Plano Safra, a cartilha será atualizada anualmente e oferece orientações sobre créditos com juros reduzidos e prazos diferenciados. Ele destacou linhas

como Moderinfra, Prodecoop, Procapcred, Inovagro, Pronamp e Pronaf, voltadas especialmente para pescadores artesanais, mulheres e jovens. Além disso, mencionou fundos regionais como o da Marinha Mercante e os constitucionais. A cartilha também esclarece regras específicas de bancos, prazos, valores e taxas. **Felipe** pediu apoio do CONAPE para divulgar a cartilha e destacou a importância de levar informação aos pescadores.

6. Acesso de Pescadores e Aquicultores ao Plano Safra da Agricultura Familiar

6.1. Com a palavra, **Elvania Batista, Coordenadora de Crédito Rural do MDA**, apresentou detalhes sobre o Plano Safra 2024, com R\$ 85 bilhões destinados ao Ministério, destacando o PRONAF, que recebe R\$ 76 bilhões. Ela explicou que o pequeno agricultor tem renda de até R\$ 500 mil anuais e que o momento é de coleta de sugestões para o próximo plano. **Elvania** detalhou as mudanças no PRONAF, como aumento de limite de renda, inclusão de novos produtos e linhas como o PRONAF Mulher e Jovem, com juros baixos. Também mencionou o PRONAF Mais Alimentos, voltado para a compra de máquinas e equipamentos. Ela colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas e incentivar a participação nas discussões. **Elvania Batista** destacou as condições do Pronaf Jovem e Pronaf Mulher, com juros baixos e bônus de adimplência, oferecendo até R\$ 8.000 e R\$ 35.000, respectivamente. Mencionou a linha do Pronaf para Custeio na pesca com juros de 3% ao ano e dificuldades de acesso devido à falta de garantias. Falou sobre linhas de crédito para cooperativas de pescadores e aquicultores, com até R\$ 50 milhões e juros de 6% ao ano. Por fim, ela enfatizou a importância dos fundos garantidores e incentivou a contribuição para o novo plano do Pronaf a partir de julho.

7. Painel de Acesso a Crédito do Setor Aquícola

7.1. Com a palavra, **Paulo Faria, Diretor da Secretaria Nacional de Aquicultura**, apresentou um painel com dados do IBGE sobre a produção de aquicultura, permitindo filtrar informações por estado e município. Ele destacou a importância desses dados para o planejamento das ações, mencionando cerca de 30.000 aquicultores registrados. Falou sobre a parceria com a MDA e a Secretaria de Agricultura Familiar, que forneceu dados sobre aquicultores familiares e suas localizações. Também enfatizou o uso do painel de crédito, que auxilia na divulgação de opções de crédito e nas capacitações oferecidas em parceria com a MPA e o Senar. O painel de crédito identifica estados com maior acesso, como Paraná, Santa Catarina e Rondônia. Em 2023, o setor recebeu R\$ 1 bilhão, com um aumento para R\$ 1,3 bilhão em 2024. **Paulo** destacou que a aquicultura é priorizada nas linhas de crédito, com 20% dos recursos do Pronaf destinados à área em 2024, apontou as diferenças no financiamento entre peixe e camarão, devido à falta de compreensão dos bancos sobre as especificidades do setor. Para resolver isso, está em andamento uma colaboração com o Banco Central para padronizar as categorias e criar uma linha de crédito específica para a aquicultura. **Paulo** enfatizou a importância de informações claras sobre as necessidades regionais para garantir os recursos necessários, ele concluiu pedindo a colaboração de todos, a fim de garantir mais crédito e apoiar o desenvolvimento da aquicultura.

8. Inadimplência no Setor Pesqueiro

8.1. Com a palavra, **Diogo Martins, Diretor da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal do MPA**, destacou inovações no setor, como o painel unificado de registro, que abrange 1,65 milhão de pescadores e 28.000 embarcações. Apesar do crescimento da aquicultura, a escassez de peixes e o acesso limitado ao crédito pelo Pronaf ainda são desafios, com a pesca artesanal sendo responsável por 90% dos empregos no setor. **Diogo** apontou falhas históricas no planejamento e nas políticas públicas, além de dificuldades no acesso a recursos, especialmente para o setor pesqueiro no Nordeste, frisou a necessidade de políticas públicas para a pesca artesanal, incluindo programas como Empreende Brasil e Desenrola Rural, e soluções para endividamento e inadimplência. Por fim, afirmou que a inclusão de assistência técnica independente e a redução de juros foram apresentadas como fundamentais para superar obstáculos, além de promover a inclusão digital e apoiar as mulheres no setor.

9. Desenrola Rural/Pesca e Aquicultura

9.1. Com a palavra, **Bruno de Souza Machado, economista da Secretaria Executiva do MPA**, discutiu o Desenrola Rural, destacando a importância da regularização de dívidas para acessar crédito, mencionou os problemas históricos de concentração do crédito rural e a preferência dos agricultores

por créditos mais simples. **Bruno** explicou que o Desenrola Rural visa regularizar dívidas da agricultura familiar, com prazos de pagamento e descontos, especialmente para dívidas pequenas. Ele também ressaltou a inclusão de pescadores e aquicultores na Lei da Agricultura Familiar de 2006 e as condições de pagamento vantajosas, com descontos de até 60% e parcelamento em até 5 vezes. **Bruno** explicou o Desenrola Rural, destacando a elegibilidade online e a necessidade de regularizar dívidas com apoio da PGFN. Sugeriu comunicação mais simples para pescadores e uso do portal "Regularize". Ressaltou o papel dos bancos na renegociação e a criação de página acessível por QR Code pelo MPA. Enfatizou a importância de divulgação clara e apoio contínuo para fortalecer o PRONAF. 9.2. A Secretária-Executiva do Conape, **Adriana Toledo**, informou que as inscrições seriam abertas naquele momento e, em seguida, deu prosseguimento às intervenções dos participantes já inscritos, garantindo a continuidade da ordem de fala estabelecida. Com a palavra, **Flávio Lontro (Confrem)** expressou preocupação com as dificuldades históricas no acesso a crédito para a pesca, criticando a burocracia e a desigualdade em relação à agricultura, além de sugerir crédito cooperativado. **Jossana Pinto da Costa (MPP)** também expressou preocupação quanto a burocracia e a falta de apoio real, questionando a eficácia do Pronaf e outros programas governamentais. **Dárlcio Inácio Alves Teixeira (SBFic)** destacou a importância da assistência técnica e sugeriu integrar jovens graduados no setor, além de criticar a situação do sistema Emater. **Maria José (CNP)** parabenizou a volta dos programas do governo Lula, mas pediu mais fomento para mulheres pescadoras e uma distribuição mais equitativa dos recursos, com mais ênfase na pesca artesanal. **Diogo Martins** defendeu políticas específicas para o setor, inspiradas no "Desenrola Rural", e ressaltou negativamente a burocracia no crédito, propondo alternativas aos bancos. Sugeriu ouvir a sociedade e utilizar contratos futuros. **Elvania Batista** apontou que a principal barreira ao crédito são as garantias exigidas, não os recursos ou taxas. Propôs melhorar o atendimento e ampliar o acesso a diferentes linhas do Pronaf.

10. Discussões sobre o PROPEC, PREPS, Registro de Pescador e RGP Aquicultor

10.1. Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo** retomou a condução da reunião informando que, seguindo a agenda prevista, seria dado início ao próximo item de pauta, referente às discussões sobre o PROPEC, PREPS, Registro de Pescador e RGP Aquicultor. Em seguida, deu a palavra para **Eliane Borcem, da Secretaria Nacional Interina de Registro, Monitoramento e Pesquisa.**

10.2. Com a palavra, **Elielma Borcem (SERMOP)** abordou as legislações relacionadas ao setor pesqueiro e os programas ProPesc e Preps, destacando a transição para o sistema digital PescBrasil RGP em 2021 e a prorrogação de prazos em 2023/2024. Ela ressaltou o prazo final para o cadastramento em dezembro de 2025 e pediu apoio das entidades para garantir o acesso dos pescadores. **Elielma** explicou melhorias no sistema, como a correção de dados e o módulo de auditoria para evitar fraudes, e a simplificação do registro dos aquicultores com a Portaria 174 de 2023. Além disso, destacou o esforço da equipe para atender 200 casos diários e melhorar a comunicação com os aquicultores. **Elielma Borcem** discutiu a revisão das taxas de licenciamento, o Programa Nacional de Regularização de Embarcações de Pesca (PRO) e as vistorias em embarcações. Iniciado em 2023, o PRO registrou 28.062 embarcações, mas apenas 1.800 pedidos foram feitos até agora. Ela ressaltou a importância de recursos e apoio da Casa Civil para garantir a continuidade do programa e pediu maior adesão das entidades. As vistorias públicas, gratuitas, devem ocorrer até abril de 2025, com opção privada até 2027. Por fim, **Elielma** abordou a revitalização do PREPS em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com foco na execução do TED e nova portaria para 2026. **10.3.** O Secretário-Executivo do MPA, **Rivetla Édipo**, informou que as inscrições seriam abertas naquele momento e, em seguida, deu prosseguimento às intervenções dos participantes já inscritos, garantindo a continuidade da ordem de fala estabelecida. **10.4.** Com a palavra, **Felipe Weber (Abla)** parabenizou o esforço de reestruturação das ferramentas de gestão, como a AURGP, e expressou preocupação quanto a falta de dados adequados e a normativa do RGP, que dificultam o avanço do setor pesqueiro. Apontou problemas como a falta de servidores, dificuldades no uso de sistemas e a falta de informações aos produtores. Reforçou a necessidade de soluções estruturais antes de novas reformas, onde as informações destinadas ao Governo fossem integradas evitando o envio de informações em duplicidade pelos usuários dos recursos pesqueiros. **Elielma** reconheceu a lentidão nos processos, informou sobre uma força-tarefa em andamento e sugeriu envolver as entidades no desenvolvimento de um novo sistema, com foco na integração de dados e padronização com outros órgãos.

11. Abertura do 2º dia da 43ª Reunião Ordinária

11.1. O segundo dia da 43ª Reunião teve início com o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**, que saudou a todos os presentes e informou que a pauta do dia contava com diversos temas a serem tratados. Em seguida, anunciou o primeiro item da agenda que seria a apresentação da Proposta da Reserva da Biosfera Marinha Vitória-Trindade.

12. Proposta da Reserva da Biosfera Marinha Vitória-trindade

12.1. O senhor **Bernardo de Souza (MMA)** explicou o conceito de Reserva da Biosfera, áreas reconhecidas pela UNESCO para equilibrar conservação e desenvolvimento sustentável, com o Brasil sendo signatário desde 1974. Destacou que existem sete reservas no país, cobrindo 22% do território nacional, com atividades econômicas de baixo impacto permitidas. A proposta da Reserva da Biosfera Vitória-Trindade, iniciada em 2010 e atualizada em 2024, abrange um espigão marinho até o arquipélago de Trindade e Martim Vaz, com foco na conservação da biodiversidade marinha. A área também é crucial para a pesca e será ampliada para 58 milhões de hectares. A governança será feita por um conselho deliberativo, e os benefícios incluem o fortalecimento de políticas públicas locais e o turismo sustentável.

12.2. Em seguida, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**, chamou a representante do MPA, **Sandra Silvestre (SNPI)**. **Sandra** iniciou a reunião relatando a proposta de reserva marinha encaminhada ao Ministério da Pesca, destacando a oposição do MPA devido à falta de consulta ao setor produtivo. Durante a reunião com os CPGs em janeiro, o MPA solicitou parecer jurídico sobre a reserva, especialmente sobre a Lei 9985/2020. **Sandra** questionou sobre o poder do conselho deliberativo da reserva da Biosfera, expressando preocupação com a imposição de restrições à pesca. **Bernardo de Souza (MMA)** esclareceu que as Reservas da Biosfera não são unidades de conservação e que os conselhos deliberativos não têm competência para restringir a pesca. A criação da Reserva da Biosfera Vitória-Trindade visa aprimorar a gestão sustentável e permitir a participação do setor pesqueiro.

12.3. O Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo abriu a plenária solicitando manifestações sobre a proposta da Reserva da Biosfera do Arquipélago Vitória-Trindade e concedeu a palavra a **Gabriel Calzavara (CNI)**. **Gabriel Calzavara** expressou preocupação com a proposta, destacando impactos nas zonas oceânicas profundas e a presença de frotas estrangeiras. Mencionou dificuldades na criação da APA do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e alertou para o risco à frota pesqueira nacional. Defendeu uma abordagem geopolítica mais ampla e políticas sustentáveis no Atlântico. Em seguida, **Bernardo de Souza** explicou que a "Reserva da Biosfera" é um reconhecimento internacional, não uma unidade de conservação, e que a pesca sustentável na área é uma prática globalmente reconhecida. **Gabriel Calzavara** destacou a criação de Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e a necessidade de fiscalização compartilhada, defendendo uma postura mais ativa e econômica do Brasil no uso de seus estoques pesqueiros. **Itamar Rocha (ABCC)** reconheceu a importância das reservas da biosfera para a conservação ambiental, mas alertou para os riscos práticos, como a expulsão de pescadores tradicionais e restrições econômicas. Ele questionou a composição da reserva e o papel do conselho gestor, além de destacar a falta de critérios claros para o selo de sustentabilidade da pesca. **Bernardo de Souza** esclareceu que a Reserva da Biosfera não é uma unidade de conservação tradicional, mas um reconhecimento internacional, e que o conselho não pode criar restrições legais, mas pode propor unidades de conservação. Ele enfatizou a necessidade de uma gestão cooperativa, com a participação do setor pesqueiro e do Ministério da Pesca. Em seguida, **Carlos Eduardo (Conepe)** reforçou apoio ao reconhecimento da Reserva da Biosfera pela sua importância simbólica e para a preservação ambiental, mas ressaltou negativamente as contradições entre sustentabilidade e interesses industriais, como o impacto no Porto de Santos, e a situação dos pescadores tradicionais. O **Secretário-Executivo do MPA, Édipo Rivetla**, então deu a palavra aos expositores para responder. **Bernardo de Souza (MMA)** novamente destacou que a criação da Reserva da Biosfera busca atender ao setor produtivo, promovendo um diálogo com o setor ambiental. A cordilheira Vitória-Trindade, de grande relevância ecológica, justificou uma gestão cuidadosa e a proposta foi aprovada por diversos órgãos federais. Na última intervenção realizada, **Marco Aurélio Bailon (Oceano)** questionou a exploração petrolífera na proposta da Reserva da Biosfera. Em resposta, **Bernardo** explicou que a atividade é permitida em APAs sem novas restrições. A proposta visa organizar a gestão da região,

qualificar o debate e integrar setores. O objetivo é obter um selo de sustentabilidade da UNESCO, sem criar medidas, reconhecendo práticas já existentes.

13. Fundo da Amazônia

13.1. O **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**, informou uma mudança na programação para incluir a apresentação sobre o Fundo Amazônia, devido à presença confirmada do **representante do BNDES, Leonardo Pamplona**.

13.2. Com a palavra, **Leonardo Pamplona (BNDS)** explicou o funcionamento do Fundo Amazônia, destinado ao financiamento de iniciativas sustentáveis e à redução do desmatamento. Destacou que o fundo premia a redução do desmatamento e que há planos para replicá-lo em outros biomas. Gerido pelo BNDES, o fundo já captou R\$ 3,5 bilhões e foca em ações de restauração florestal e agroecologia. **Pamplona** sugeriu parcerias com o Ministério da Pesca para integrar o setor pesqueiro sustentável aos instrumentos financeiros. Ele também enfatizou a importância de organizar produtores locais para promover alternativas sustentáveis e manter o diálogo com as partes envolvidas.

13.3. Em seguida o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**, abriu a plenária para considerações sobre a apresentação. Josana da Costa (MPP) apontou os desafios estruturais da pesca artesanal na Amazônia, sugerindo que o Fundo Amazônia apoie soluções com o MPA e envolva os pescadores. **Flávio Lontro (Confrem)** propôs ampliar o fundo para outros biomas, como zonas costeiras e manguezais, devido aos impactos climáticos. **Itamar Rocha (ABCC)** expressou preocupação quanto a falta de apoio à produção pesqueira amazônica e a baixa participação do Brasil no mercado global. **Clóvis da Silva (Confespa)** pediu informações claras sobre como acessar o Fundo Amazônia e enviar projetos. **Maria José Santos (CNPQ)** sugeriu a criação de materiais informativos sobre o fundo, questionando a comunicação utilizada e se posicionando contra o financiamento de atividades prejudiciais ao meio ambiente.

13.4. Após as manifestações, o Secretário-Executivo passou a palavra para **Leonardo Pamplona (BNDES)**, que explicou o desafio de alcançar pequenos produtores devido à estrutura limitada do banco, atuando por meio de parceiros e agentes financeiros, ele destacou a importância de parcerias com o MPA e ações coletivas, como unidades de beneficiamento compartilhadas, além de esclarecer que o Fundo Amazônia foca no combate ao desmatamento na Amazônia Legal. **Flávio Lontro (Confrem)** pediu esclarecimentos sobre os canais de acesso ao fundo e sugeriu a ampliação para outros biomas. **Cristiano, Secretário Nacional da Pesca Artesanal**, mencionou a construção de uma agenda conjunta com o BNDES para apoiar a pesca artesanal, com foco em financiamento acessível e inclusão. **Édipo** encerrou a pauta e deu continuidade para as próximas apresentações.

14. Apresentação do PEM – Planejamento Espacial Marinho

14.1 Com a palavra, **Ana Paula Leite Prates (MMA)** falou sobre o Planejamento Espacial Marinho (PEM), destacando os desafios na zona costeira e a ampliação da "Amazônia Azul". Abordou problemas como poluição, degradação e sobrepesca, além dos impactos do turismo e da exploração de petróleo. Enfatizou a necessidade de um planejamento para proteger o ecossistema marinho, evitando impactos de usinas eólicas offshore e do crescimento do transporte marítimo. Ela destacou a importância de diretrizes para ordenar as atividades marinhas e garantir a compatibilidade com a pesca artesanal e outros usos. **Ana Paula** reforçou que o Plano de Ordenamento Espacial Marinho (PEM) não é um processo de licenciamento, mas sim uma integração de planejamentos setoriais para promover a gestão sustentável do espaço marinho. Explicou que o PEM é fundamentado em dados científicos e busca construir consensos, com forte participação social e governança, coordenado pelo MMA e gerido pela CIRM. Destacou o apoio financeiro do BNDES e Funbio, e detalhou o andamento do PEM nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte, com foco em regulamentação de eólicas offshore, e encerrou ressaltando a importância da participação civil e alinhamento com metas internacionais até 2030. Complementando, **Jonathas Moscoso do Campos, Marinha do Brasil**, destacou o Planejamento Espacial Marinho (PEM) como um compromisso do Brasil desde 2017, focado em reduzir conflitos e garantir segurança jurídica para investidores. Apresentou os cadernos setoriais da região Sul e a importância do PEM no controle das atividades marinhas, como a pesca ilegal. Finalizou parabenizando o CONAPE pelo debate técnico.

14.2. Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**, abriu a plenária para pronunciamento. **Flávio Lontro (Confrem)** expressou preocupação quanto as omissões no

Planejamento Espacial Marinho e defendeu maior inclusão de pescadores artesanais na governança. Destacou a importância de adaptar projetos offshore às comunidades pesqueiras. **Carlos Eduardo (Conepe)** questionou a relação entre o PL nº 6969 e o PEM, além de pedir esclarecimentos sobre mudanças em áreas protegidas e licenciamento de eólicas. **Gabriel Calzavara (CNI)** destacou a importância de coordenar ações e acompanhar o desenvolvimento do projeto, sugerindo que o Plano Diretor seja um retrato da situação atual e visão futura. **Maria José Santos (CNPq)** enfatizou a necessidade de respeitar os direitos das comunidades locais e alertou sobre os impactos negativos de projetos de energia eólica offshore, defendendo uma abordagem integrada para a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos. **Marco Aurelio Bailon (Aoceano)** ressaltou negativamente a exploração petrolífera e eólica offshore, destacando os impactos negativos sobre a pesca e a falta de legislação e consultas públicas para proteger as comunidades pesqueiras. **Josana da Costa (MPP)** levantou preocupações sobre a falta de participação social nas decisões sobre essas atividades. **Dárlcio Teixeira (SBFic)** destacou o potencial da aquicultura marinha no Brasil e questionou sua inclusão no PEM. **Agnaldo dos Santos (PescaBr)** pediu maior participação da sociedade civil na governança do PEM e alertou sobre os impactos das atividades sísmicas e a fiscalização marítima precária. Em resposta, **Ana Paula** explicou que o PEM é um processo em andamento, conduzido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com governança compartilhada. Destacou a dificuldade em levantar dados sobre o uso do espaço marinho e a importância de regionalizar o processo. Mencionou que atividades como petróleo e mineração estão sendo analisadas, com a participação da sociedade civil organizada. Sobre as eólicas offshore, um Grupo de Trabalho Técnico está discutindo critérios e viabilidade. **Ana Paula** também falou sobre a necessidade de maior mapeamento para o turismo e apoio à criação de um PL específico para a pesca. Por fim, **Flávio Lontro (Confrem)** defendeu a necessidade de representação do setor pesqueiro nas discussões sobre governança marinha, destacando que é uma exigência legítima. Reconheceu as dificuldades financeiras da Marinha, mas reforçou a importância da fiscalização eficaz, especialmente contra a pesca ilegal estrangeira. Finalizou expressando frustração com a falta de apoio governamental e prometeu continuar lutando pelos interesses da fiscalização marinha.

15. Comitê de Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção - Indicação do Conape para Composição

15.1. Com a palavra, o **Secretário-Executivo do MPA, Rivetla Édipo**, saudou a todos os presentes e deu início as atividades da tarde do segundo dia da 43ª Reunião Ordinária do CONAPE.

15.2. Com a palavra, **Gilberto Galucci (MMA)** explicou a reinstituição do colegiado para espécies ameaçadas de peixes e invertebrados aquáticos, criado em janeiro deste ano. O comitê, agora permanente, visa subsidiar ações de conservação e manejo sustentável, com representantes do setor pesqueiro, órgãos governamentais e organizações científicas. Ele destacou que a atualização da lista de espécies ameaçadas será discutida na Conabio e que a corvina está sendo monitorada para possível inclusão. O comitê funcionará de forma consultiva e democrática, com decisões por consenso. Finalizou dizendo que o plano de gestão da corvina já foi finalizado.

15.3. Iniciando as intervenções, **Flavio Lontro (Confrem)** questionou a responsabilidade pelas avaliações para o comitê, apontando falta de clareza e cobrando continuidade dos trabalhos anteriores, especialmente sobre o bodião. Também perguntou se decisões exigiriam validação externa. **Letícia (Oceana)** pediu previsão para o chamamento público das ONGs. **Galucci** respondeu que o comitê será consultivo, com retomada dos trabalhos do GT anterior e edital previsto para abril. Há dez planos em andamento para 23 espécies, com foco futuro em elasmobrânquios. **Agnaldo Hilton (Pesca BR)** alertou para a urgência na avaliação da pesca do camarão rosa e ressaltou negativamente a lentidão nas soluções. **Felipe Weber (Abla)** expressou preocupação quanto a falta de consenso anterior e alertou sobre conflitos com um comitê único. **Lais Pestana (Abipescas)** rejeitou incluir a corvina como espécie ameaçada sem plano de gestão. **Sandra (Secretaria de Pesca Artesanal)** cobrou foco em planos de recuperação e questionou a ausência de subgrupo específico. **Gilberto** propôs um grupo para temas transversais, como descarte, ligado ao CPG demersais. **Marco Aurélio Bailon (Aoceana)** destacou o descarte de espécies e a falta de dados, citando a “chave poveiro”. **Carlos Eduardo (Conepe)** lembrou que o comitê assessoria o Ministério da Pesca e defendeu mais fluidez e inscrição formal. **Maria José (CPP)** defendeu a revisão dos planos e o monitoramento como essencial. **Gilberto** propôs planos de recuperação mais focados nos impactos sobre as espécies. **Flávio** a gestão do Ministério, defendeu um

comitê mais ativo e questionou avaliações anteriores. Ele também expressou frustração com a gestão da tainha e do cação. **Quaresma (CNPA)** explicou a análise interna da Secretaria da Pesca Artesanal para indicar entidades ao Conape, mencionando organizações que já haviam se envolvido com a Secretaria. **Sandra Silvestre (SNPI)** relatou a alta demanda de entidades interessadas e o encaminhamento da seleção ao Conape para decisão. Em seguida, **Adriana Toledo** esclareceu que há 4 vagas para pesca artesanal e 4 para pesca industrial, com a escolha para a pesca artesanal já sendo feita pela Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Para a pesca industrial, como houve mais de 4 pedidos, a escolha será feita em plenária pelo Conape. Felipe destacou a importância de considerar as 27 espécies prioritárias e a necessidade de incluir pescadores artesanais ou industriais nas discussões, dada a avaliação da pesca ornamental. **Gilberto** sugeriu que a reavaliação da portaria não atrase o edital de seleção de ONGs. **Felipe** lembrou o histórico da Portaria 445, apontando falhas nas avaliações e destacando a ameaça das hidrelétricas. Ele propôs um grupo para a pesca ornamental e defendeu a inclusão do setor pesqueiro nas 8 vagas. **Rivetla** propôs seguir o processo habitual para as indicações do Conape e levantar as instituições interessadas na pesca artesanal, incluindo organizações como o CBPA, MPP e CPP. **Flávio** apoiou essa abordagem, sugerindo a participação de entidades como convidadas até que a situação da portaria fosse corrigida, garantindo os direitos das entidades, principalmente as da pesca ornamental. **Adriana** questionou se era o momento de definir os participantes e votar, explicando que, se houvesse mais de quatro candidatos, seria feita uma votação. **Felipe** sugeriu que a Abia participasse como convidada do Comitê, desde que fosse criada uma vaga para a participação do segmento representativo da pesca com fins ornamentais e de aquarofilia, enquanto a portaria não fosse ratificada, reiterando que esse é um compromisso assumido pelo Ministério do Meio Ambiente. **Gilberto** sugeriu que, enquanto isso, o processo de seleção das ONGs seguisse e o setor ornamental participasse como convidado. **Rivetla** solicitou a manifestação dos conselheiros presentes sobre a participação da Abia como convidada, o que não gerou nenhuma manifestação contrária dos conselheiros presentes. Em seguida, o Secretário-Executivo confirmou as quatro indicações para a pesca artesanal: CPP, CONFREM, CONFESPA e MPP. Carlos questionou a definição de espécies ameaçadas, sugerindo uma discussão mais ampla antes de formalizar a proposta, especialmente sobre a pesca artesanal e industrial. **Rivetla** explicou que o CONAPE é o espaço legítimo para as indicações, reconhecido pelo Ministério. **Letícia** sugeriu que, para evitar o aumento de vagas, um titular e um suplente de entidades diferentes poderiam ser indicados. Por fim, **Rivetla** informou as indicações para a pesca artesanal (MPP, Confrem, CPP, Confepesca) e industrial (Conepe, Abipesca, Pesca Br, Conttimaf), além da proposta de retificação da portaria para incluir uma vaga ao setor de aquarismo.

16. Acordo do Rio Doce (Repactuação Mariana) – Pesca e Aquicultura

16.1. Com a palavra, **Caroline Amorim Bittencourt, Coordenadora-Geral de Gestão Institucional do MPA**, apresentou o Acordo do Rio Doce no CONAPE, destacando a coordenação do MPA e as ações após o desastre de Mariana (2015). Firmado em 2024, o acordo envolve a União, estados, Samarco e órgãos de Justiça, totalizando R\$ 132 bilhões, com R\$ 6,7 bilhões para reparação da pesca e apicultura. O MPA será responsável por indicar os pescadores para indenização. O acordo inclui anexos sobre transferência de renda e ressarcimento à Previdência, e as indenizações individuais de R\$ 95 mil beneficiarão pescadores e agricultores familiares. Inscrições ocorrerão até abril de 2025, com exigências de RGP protocolado e residência em municípios afetados. O plano busca recuperar a pesca e apicultura no Rio Doce e ES, com R\$ 2,44 bilhões para fiscalização e assistência técnica. Será executado nas áreas atingidas, com gestão da União, MG e ES, e supervisão do TRF6. **Caroline** propôs participação do CONAPE com envio de propostas até 3 de abril. **Fernando Bosisio** apontou falhas na comunicação e ausência de adesão de alguns municípios. **Carolina** anunciou plano com acompanhamento periódico, e **Darlio** sugeriu ação interministerial. **Caroline** falou sobre o plano de reparação ambiental e o combate à desinformação sobre o acordo do Rio Doce, com ações como caravana federativa e página no site do MPA. **Maria José** relatou dificuldades das comunidades, como ausência de documentos e RGP. **Clóvis Amorim** questionou como comprovar residência após a destruição da área. **Flávio** sugeriu ações de certificação e testes para facilitar a comercialização do pescado. **Caroline** explicou que o Ministério atua no ordenamento pesqueiro e garante segurança alimentar por meio do Ultrapesca. **Rivetla Édipo** destacou que, após intensas negociações, os direitos previdenciários dos pescadores afetados pela tragédia foram garantidos, embora não fosse possível

reparar completamente os danos. A repactuação, que passou de milhões para bilhões de reais, foi um passo importante nesse processo. Em seguida, o Secretário-Executivo do MPA deu início as apresentações dos comitês.

17. Comitê de Conformidade da Pesca Nacional

17.1 Agnaldo Hilton (Pesca BR) falou sobre a criação de um comitê junto com a comunidade de pesca nacional. Destacou uma reunião extraordinária realizada no Conape em 18/04/24 e a criação de uma portaria que indicou os membros do comitê. Durante a videoconferência, foi eleito como presidente, e o objetivo do comitê é promover a transparência na gestão dos recursos aquáticos e atender às demandas do setor pesqueiro. Ele mencionou que a primeira reunião ordinária aconteceu em fevereiro e, em março, ocorreu a primeira reunião extraordinária, que incluiu a apresentação de um projeto importante para o setor. **Agnaldo Hilton** também citou as vistorias públicas, destacando que algumas já estavam em andamento e que a meta é concluir os processos até 30 de abril. Ele ressaltou que as reuniões e esclarecimentos têm sido importantes para resolver as dúvidas da região e avançar com as demandas da pesca.

18. Comitê de Competitividade da Carcinicultura

18.1. Com a palavra, **Alberto Furtado Martins Junior, Diretor da Secretaria Nacional de Aquicultura (MPA)**, destacou a criação do Comitê de Competitividade no CONAPE, focado na carcinicultura, com membros do CONAPE, sociedade civil e instituições. Ele mencionou a definição da presidência e a convocação de novas entidades, como a ABCC. A portaria número 120 do MPA formalizou a composição do comitê, que inclui entidades da carcinicultura e de estados como RN, BA, PE, PB e PI. Itamar foi escolhido presidente por aclamação. **Alberto** sugeriu que o novo presidente contribuísse brevemente e informou sobre a formalização dos dados nas próximas reuniões. **Itamar** comemorou a criação do comitê e ressaltou a representatividade do setor da carcinicultura, destacando desafios como financiamento e infraestrutura. Expressou preocupação quanto ao uso anterior de agrotóxicos e defendeu o potencial do setor para o desenvolvimento rural. **Alberto** enfatizou o apoio do secretariado e a importância de uma pauta estratégica focada na aquicultura. O comitê terá reuniões ordinárias e extraordinárias, com representantes de diversas entidades e coordenação definida.

18.2. Com a palavra, **Marilsa Patrício (Peixe SP)** defendeu a criação do Comitê de Aquicultura para agilizar discussões específicas do setor. Alberto explicou que, inicialmente, houve dificuldades estruturais no CONAPE para criar comitês. Após acordos com as secretarias, servidores foram designados para gerenciá-los. **Adriana** reforçou a limitação de pessoal e a necessidade de dialogar com a Secretaria de Aquicultura antes de deliberar a criação. **Felipe Weber (Abla)** sugeriu a criação dos comitês de Aquicultura e de Cumprimento, previstos anteriormente, para tratar demandas pendentes do CONAPE e tornar mais eficaz a discussão das pautas, com possibilidade de integração a outros comitês existentes.

19. GT/Permissionamento para Revisão da Instrução Normativa Interministerial - IN10

19.1 Com a palavra, **Cristiano Quaresma (MPA)** propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para revisar a Instrução Normativa e elaborar nova portaria, com participação do MPA, Ibama, ICMBio e 10 representantes da sociedade civil, sendo 6 da pesca artesanal e 4 da industrial. **Agnaldo dos Santos (Pesca Br)** defendeu a inclusão justa da diversidade da pesca, especialmente a pesca continental, historicamente excluída, criticando a ausência de licenciamento e questionando a divisão de cadeiras. Quaresma justificou a proporção com base na composição do CONAPE. **Agnaldo** discordou da justificativa e sugeriu paridade entre os segmentos, com 5 representantes para cada. Ele afirmou não estar convencido pelo modelo proposto. **Elizeu de Brito (FAEP)** destacou que a pesca artesanal atua de forma transversal, inclusive no beneficiamento, integrando toda a cadeia produtiva. **Maria José Santos (CPP)** defendeu maior inclusão de entidades para ampliar a representatividade e sugeriu paridade 6/6 entre os setores. **Laís Pestana (Abipescas)** apoiou essa proposta. Todos reforçaram a importância de equilíbrio nas decisões. **Elizeu de Brito (FAEP)** destacou que a pesca artesanal atua de forma transversal, inclusive no beneficiamento, integrando toda a cadeia produtiva. **Maria José Santos (CPP)** defendeu maior inclusão de entidades para ampliar a representatividade e sugeriu paridade 6/6 entre os setores. **Laís Pestana (Abipescas)** apoiou essa proposta. Todos reforçaram a importância de equilíbrio nas decisões. **Josana da Costa (MPP)** manifestou interesse em integrar o GT e apoiou a

paridade 6/6. **Agnaldo dos Santos (PescaBr)** também se posicionou favorável à proporção igualitária. **Marco Aurélio Bailon (AOceano)** questionou sobre a participação da academia, sendo informado por **Édipo** que terá cadeira como convidada permanente. **Ricardo Dias (Abla)** perguntou sobre a pesca ornamental, e **Édipo** esclareceu que o GT discutirá todos os recursos, incluindo esse segmento. **Josana da Costa (MPP)** manifestou interesse em integrar o GT e apoiou a paridade 6/6, posição também defendida por **Agnaldo dos Santos (PescaBr)**. **Marco Aurélio Bailon (AOceano)** sugeriu a inclusão da academia no GT, e **Édipo** informou que esta será convidada permanente. **Ricardo Dias (Abla)** questionou sobre a pesca ornamental, e **Édipo** afirmou que todos os recursos, incluindo esse segmento, serão contemplados. **Édipo** sugeriu o envio por e-mail da minuta preliminar do GT aos membros do colegiado antes da definição das instituições participantes. Ressaltou a falta de um escopo claro do grupo e defendeu maior transparência e participação qualificada. Propôs não aguardar a próxima reunião para esse envio. Caso haja muitas manifestações, sugeriu convocar reunião extraordinária virtual. **Adaysse Bossolani (MPA)** explicou que o GT seguirá o padrão já adotado em outros colegiados, com portaria formal dos indicados. A primeira reunião oficial definirá o plano de trabalho, e pequenos atrasos não comprometerão o cronograma, desde que respeitado o prazo de indicação (01/04 a 04/04).

20. Implantação do grupo de trabalho para elaboração da proposta da conferência nacional de aquicultura e pesca.

20.1 Com a palavra, o **Secretário-Executivo, Rivetla Édipo**, informou que este ponto da pauta se trata, essencialmente, de um comunicado aos conselheiros sobre a formalização do Grupo de Trabalho (GT) instituído no âmbito do Conape, com a finalidade de elaborar a proposta para a realização da IV Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. A referida instituição foi formalizada por meio da Portaria MPA nº 431, que estabelece as diretrizes e normas de funcionamento do GT. Além disso, foi publicada a Portaria MPA nº 117, que designa oficialmente os representantes que comporão o grupo. O Secretário-Executivo ressaltou que a composição do grupo foi discutida e validada em reunião anterior e, neste momento, apresentou os nomes designados conforme consta na mencionada portaria: Ajax Santos Tavares (Confapesca); Carlos Mello (MPA); Dárlis Teixeira (SBfic); Fabiana Pilarski (Abrapoa); Felipe Weber (Abla); Francisco medeiros (PeixeBr); Juscelino Miguel dos Anjos (CBPA); Lais Pestanha (Abipesca); Laureci Akira (CNPA); Letícia Canton (Oceana); Marco Aurélio Bailon (AOceano); Manuel dos Santos (ABA); Marilsa Patrício (PeixeSP); Reginaldo Portari (CBPE) e Roberto Ribas Gallucci (MMA). Os conselheiros receberão a Portaria e o convite para a primeira reunião do Grupo de Trabalho, que definirá a coordenação e o plano de trabalho. O GT terá três meses para elaborar a proposta da IV Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. **Felipe Weber (Abla)** sugeriu a definição antecipada do calendário, com apoio de **Marilsa Fernandes (Peixe SP)**. **Édipo** informou que a Secretaria Executiva organizará a primeira reunião do GT, focada na eleição do coordenador, com proposta de realização virtual na próxima semana. **Miriam Bozzetto (Oceana Brasil)** criticou o prazo da convocação e a ausência de deliberação do Conselho sobre a Portaria da quarta conferência, pedindo adiamento da reunião. **Adriana Toledo** esclareceu que a criação do GT cumpre decreto do CONAPE, e caberá ao grupo decidir sobre a realização da próxima conferência. A decisão será formalizada em relatório. **Josana da Costa (MPP)** defendeu que o GT avalie as conferências anteriores antes de deliberar e informou que o MPP não participará inicialmente. **Adriana** propôs um cronograma em três etapas e informou que o GT atuará por quatro meses. **Felipe** registrou que a portaria não reflete o acordo prévio, pois já direciona o GT à realização da quarta conferência. **Dárlis Teixeira (SBFic)** ressaltou a importância institucional da conferência e sugeriu envolver outros ministérios na sistematização dos dados, além de priorizar a análise das anteriores. **Marco Aurélio Bailon (AOceano)** reforçou que o GT deve definir a proposta de conferência com base nas edições passadas. Sugeriu realizar a primeira reunião nos dias 8 ou 9 da próxima semana. **Flávio Lontro (Confrem)** propôs revisar a dinâmica das reuniões do CONAPE, criticando o excesso de pautas e sugerindo debates virtuais para aprofundar temas complexos. Destacou a importância de o GT avaliar com critério as três conferências anteriores e suas demandas ainda pendentes. Defendeu um processo mais eficaz e realista, respeitando as comunidades envolvidas. **Carlos Eduardo (Conepe)** questionou se o CONAPE tem obrigação institucional de realizar a conferência, mesmo que o GT decida por sua não realização. **Adriana** respondeu que a conferência só ocorrerá com aprovação do Conselho e que o GT pode deliberar contrariamente, se considerar prematuro realizar o evento. Ela reforçou o compromisso com a

legalidade, transparência e protagonismo do CONAPE, mencionando ainda que o prazo do GT pode ser prorrogado. Informou que a Secretária-geral da Presidência cobra o calendário das conferências, mas a proposta do MPA só será enviada após debate no CONAPE. **Ajax Tavares (Confapesca)** defendeu tempo adequado para avaliar e reavaliar decisões não cumpridas. **Marilsa Fernandes (Peixe SP)** destacou que o GT deve deliberar, convidando os conselheiros para o evento Aquishow Brasil 2025.

21. Encaminhamentos

21.1 A Secretaria Executiva do CONAPE, Adriana Toledo, informa que foram discutidos e definidos vários encaminhamentos, que foram registrados para acompanhamento. Ao final, foi solicitado que os participantes revisassem os pontos e acrescentassem informações ou levantassem divergências, se necessário.

22. Encaminhamentos e Recomendações dos Membros

1. ASPAR/MPA enviar para os membros a lista com os PLs em tramitação no Congresso Nacional;
2. Criar instância (e-mail/whatsapp) de envio dos PLs que chegarem para análise do MPA para compartilhamento ao CONAPE para manifestação;
3. Criar Comitê de Cumprimento do CONAPE para monitoramento dos encaminhamentos;
4. Membros do CONAPE enviar as principais dificuldades para acesso à crédito e ao Desenrola Rural, para posterior envio aos órgãos competentes;
5. Revisão da Portaria MPA nº409/2025, que trata da inscrição de pessoas jurídicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de empresa pesqueira, para contemplar as discussões trazidas no CONAPE e nos CPGs
6. Convidar o Presidente do IBAMA e equipe para aclarar sobre os diversos temas já trazidos no CONAPE e CPGs (DOP, CTF, NDF tubarão, entre outros)
7. CONAPE recomenda a Reserva da Biosfera Marinha Vitória Trindade;
8. MPA tratar com BNDES para construir editais para pesca e aquicultura, no âmbito FUNDO Amazônia e outros
9. Criar Grupo Temático para debater sobre o uso compartilhado dos ambientes aquáticos e subsidiar o MPA nas diversas discussões existentes (Planejamento Espacial Marinho, Missões sísmicas, eólicas offshore, entre outras);
10. Apresentar na próxima reunião (02/04/2025) da CONABIO a reavaliação da entrada da corvina na lista de espécies ameaçadas de extinção, pois o Plano de Gestão está em discussão e próximo da publicação;
11. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima retificar com urgência a Portaria MMA nº1271, de 02 de janeiro de 2025, que trata do Comitê espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção para inclusão de uma vaga a mais para representação do setor de pesca ornamental e aquariofilia, com indicação da ABLA aprovada na 43ª Reunião;
12. Os representantes da pesca artesanal para o Comitê espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção serão: MPP, CONFREM, CPP e CONFESPA
13. Os representantes da pesca industrial para o Comitê espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção serão: CONEPE, ABIPECA, PESCA BR e CONTTMAF;
14. Compartilhar agenda participativa para construção do PROPESCA no âmbito do Acordo do Rio Doce;
15. Os membros podem encaminhar sugestões de ações e propostas para o PROPESCA no âmbito do Acordo do Rio Doce até o dia 03/04/2025;
16. Solicitar ao Comitê de Conformidade a retificação da Portaria de membros para retirada da instituição AOCEANO, a pedido do membro titular;
17. Peixe SP e ABLA encaminhar proposta da criação do Comitê de Conformidade da Aquicultura, contendo a contextualização e justificativa;
18. CPP encaminhar proposta da criação do Comitê da Pesca Estuarina, contendo a contextualização e justificativa;
19. SE/CONAPE enviar minuta de Portaria do GT Permissionamento aos membros do CONAPE para conhecimento e indicação da instituição para ocupar as 12 vagas, sendo 6 para pesca artesanal e 6

para pesca industrial; Envio aos membros até dia 31/03; Resposta dos membros a SE/CONAPE até dia 04/04/2025

20. Criar um plano de integração de dados e sistemas de monitoramento e controle da pesca e aquicultura, envolvendo os diferentes sistemas do Governo.

21. Ministério da Pesca e Aquicultura retomar o acompanhamento da construção do Documento de Origem do Pescado- DOP pelo IBAMA

22. Recomendar a inclusão das conservas de pescado como item da cesta básica como alíquota zero;

23. Criar grupo temático para debater sobre a obrigatoriedade do descarte de peixes, oriundos da pesca extrativa e seus impactos nas políticas públicas de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros

24. Apresentações (pits) de 10 min), sucintas, das atividades e evidências principais de cada entidade representativa no CONAPE para as próximas reuniões do CONAPE

25. Encaminhar a Casa Civil, documento Conape em agradecimento ao Decreto 12336/24, buscando, entretanto, sensibilidade para ampliar a abrangência das concessões anunciadas para o processo ambientais, pois fica evidente, houve o reconhecimento de lacunas e fragilidades no Preps, e portanto a sustentação de sanções seja no âmbito administrativo ou ambiental fica inconsistente e injusto, há um enorme passivo insolúvel e, nos moldes do que foi feito com passivo pesqueiro, as autuações feitas com base neste sistema estão repletas de vícios e sem aferição técnica.

23. Encerramento

23.1. A reunião foi encerrada pelo **Secretário-Executivo Rivetla Édipo**, que iniciou sua fala expressando gratidão pela presença de todos e pelo trabalho conduzido pela **Secretaria-Executiva, Adriana Toledo**, na realização do 43º encontro do CONAPE.